

A PRÁXIS EXTENSIONISTA COMO TRANSFORMAÇÃO, ACESSIBILIDADE E MELHORAMENTO DA SOCIEDADE E DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Fabrcia Borges de Freitas Araújo¹
Joicy Mara Rezende Olindo²
Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira³
Melyssa Barbosa Vilar⁴
Patrícia Sheyla Bagot de Almeida⁵
Pollyana dos Reis Pereira Fanstone⁶

RESUMO

A presente revisão de literatura empenha-se em uma apresentação de como se deu a formação do Ensino Superior no Brasil e o conseqüente desenvolvimento da prática extensionista nas instituições de Ensino Superior. A extensão compreende importante função universitária, juntamente à pesquisa e ao ensino, diante do que se denomina de educação superior. A breve exposição histórica e formativa, objetiva, através da revisão bibliográfica, discutir como se deu a evolução do pensamento sobre extensão universitária junto às mudanças e reformas da educação no Brasil. Assim como, busca refletir e problematizar a compreensão da prática extensionista como condição *sinequa non* para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e de apreciações de notas efetivas junto aos órgãos públicos e às políticas públicas de educação. A revisão literária visa problematizar o pensamento embrionário da Extensão no Brasil, demonstrando os equívocos que permeiam o termo e os vícios em que se pautam as práticas extensionistas, com a finalidade de contribuir para o esclarecimento de ações passadas e vindouras nas IES do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Extensão; Sociedade; Educação.

INTRODUÇÃO

A atividade extensionista nas universidades privadas tem tomado cada vez mais um lugar de prática e urgência para a delimitação de um ensino de qualidade. No entanto, antes das reflexões a que se destina esta revisão, vale destacar o que a educação brasileira compreende por extensão. O primeiro quesito, anterior a aplicação de atividades extensionista, é que não se pode debater, abordar ou praticar extensão sem que as Instituições de Ensino Superior (grafado a partir de agora como IES) tenham a pesquisa como objetivo precípua e ferramenta indispensável para o desenvolvimento pleno do docente e dos discentes. Isto quer dizer que é um contrassenso abordar as práticas extensionista sem que as IES invistam e desenvolvam pesquisas massivas associadas à produção de saberes.

Neste caso, o primeiro foco deveria ser na formação e qualidade da vida acadêmica dos profissionais da educação. Dito de outra maneira, a extensão não é possível sem o ensino e, sobretudo, sem a pesquisa que esses profissionais necessitam manter como condição de qualidade e atualização de suas atividades acadêmicas. Por este raciocínio, a prática da extensão é uma ação que vai tomando forma no Brasil, mediante o movimento e o alinhamento das reformas e das políticas educacionais. Foram as inúmeras reformas educacionais que passaram a almejar uma educação mais participativa e pertencente da sociedade como um todo. Uma vez que a IES, por implicações

¹ Mestre. Curso de Pedagogia da Universidade Evangélica de Goiás-UniEVANGÉLICA. fabrcia.araujo@unievangelica.edu.br

² Mestre. Curso de Pedagogia da Universidade Evangélica de Goiás-UniEVANGÉLICA. joicy.rolindo@docente.unievangelica.edu.br

³ Mestre. Curso de Pedagogia da Universidade Evangélica de Goiás-UniEVANGÉLICA. maria.ferreira@unievangelica.edu.br

⁴ Mestre. Curso de Pedagogia da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. melyssa_vilar35@hotmail.com

⁵ Doutora. Curso de Pedagogia da Universidade Evangélica de Goiás -UniEVANGÉLICA. sheylaba7@hotmail.com

⁶ Mestre. Curso de Pedagogia da Universidade Evangélica de Goiás-UniEVANGÉLICA. pollyana.reis@unievangelica.edu.br

históricas, foi construída apartada da comunidade elitista e contemplativa por excelência (CUNHA, 2007b).

Nas assertivas de Martins (2002, p. 1), o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e “visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social”. Com efeito, produção de saber e transformação social estavam desassociadas. Por conseguinte, é na mudança, tanto econômica quanto social, que a extensão vai ganhando importância, posto que através de reformas e de planos de metas são criadas condições de aceleração e mudança de um ensino então envelhecido e sem vias de transformação social.

Mediante o exposto, dá-se que se por um lado a extensão estimula a produção de saberes e modos de subjetivação de vida junto à comunidade que a integra, por outro, empresaria (com a exigência de números pautados numa produção em série – notas, ranking, classificações, tops...) a própria educação. Todavia, isso não se constitui num entrave de todo, mas numa possibilidade de que a educação responda às próprias exigências de seu tempo, desde que acompanhada por critérios e valores que sejam de fato democráticos e inclusivos entre saberes, mudanças, sociedade e produção (CUNHA, 2007b).

A extensão também tem um destaque junto as IES que não foi possível no momento de sedimentação do ensino superior no Brasil, o de equalizar ensino e cultura, uma vez que a educação superior no Brasil, embora nova, tenha nascido velha demais para confrontar e comportar a riqueza cultural própria e singular deste país, ponto abordado com o subtítulo que segue.

REVISÃO: A SENILIZAÇÃO PRECOCE DAS ESCOLAS SUPERIORES NO BRASIL E O LUGAR DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O ensino superior no Brasil foi tardio, ocorrendo somente em 1808 por ocasião da mudança estrutural e política da vinda da família real para terras brasileiras. Antes mesmo do ensino superior foram criadas as escolas superiores que, posteriormente, chamar-se-iam Institutos de Ensino Superior (IES). Embora fossem novidades pelas terras daqui esses institutos nasceram arcaicos por ocasião da modelagem que os enquadravam. Ou seja, a formatação do ensino nas universidades portuguesas encontrava-se fora da modernização que já havia, há muito, despontado no cenário europeu (CUNHA, 2007a).

Seguindo o modelo português, as instituições brasileiras se viam frente a um duplo problema, a saber, começam com atraso cultural e arrastam-se arraigadas pela dependência sociocultural que não lhes era própria. Fernandes (1975, p. 98) denomina esse processo de senilização institucional precoce, isto é, a instituição de ensino superior trabalhava com a sobra residual das universidades da colônia e submetia o ‘novo’ ensino a uma sistematização precária de práticas que não correspondiam às renovações educacionais.

Deste modo, pode-se considerar que o ensino superior no Brasil foi concebido apartado de sua própria brasilidade, intrincado que estava com os modelos que copiava. A educação superior copiava uma estrutura incongruente com a realidade, pois mantinha um modelo intermediário de transposição do ensino luso que ficava a meio caminho entre o ensino secundário e o universitário. No decorrer do

tempo, as 'escolas isoladas', que mantinham um caráter de ensino secundário, foram agrupadas, engendrando as universidades (CUNHA, 2007a).

À vista disso, é perceptível que a concepção de educação superior nasceu precária com as marcas de um país colonizado cujo plano trazia em seu bojo uma pedagogia colonial, versão esvaziada de significado para a cultura brasileira. Sobre isso, Fernandes (1975, p. 156) afirma que, na força de assimilação de modelos arcaicos e pobres, as instituições de ensino superior "organizavam a vida intelectual como parte de uma situação colonial crônica de dependência cultural". Desta penúria, surgiram os primeiros institutos e os primeiros cursos superiores no Brasil.

Configurado por uma sociedade desigual por formação, o ensino superior se compunha por um caráter de exclusão determinado pelos interesses da elite que segregava conforme um modelo estrangeiro que decidia os que deviam ou não estudar, gerando abismos entre as universidades e a sociedade. Isto é, no ensino superior não havia vinculação entre teoria e prática, sendo elitista e funcional aos interesses da tradição aristocrática excludente (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008).

Contudo, já nesse momento da história, havia preocupações isoladas sobre o alcance da educação superior. Coutinho (1966, p. 65), por exemplo, afirmava que quando "o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa" de cultivo dos saberes. Pensamento que acenava para necessária interação entre universidade e sociedade, que só ocorreria no século XXI, por pressão da lógica econômica neoliberal, comprimida pelo imperativo de empresariamento global da educação.

Moacir Gadotti no artigo "Extensão Universitária: para quê?", realiza uma pesquisa pontual sobre o surgimento da prática da extensão no Brasil e considera que a curricularização da extensão apareceu primeiramente em 2001 – 2010 no PNE, que continha em suas metas (21 e 23) a "obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas", tomada que reapareceu no PNE de 2014-2023.

Essas metas prescreviam o "mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social". Observe-se, neste percurso, o avanço entre a visão da Extensão Universitária e o Ensino, almejando uma visão mais representativa e participativa dos saberes.

DISCUSSÃO

A extensão é um processo não só educacional, mas cultural e científico que articula Ensino e Pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Sendo um processo dialético de natureza interdisciplinar, a extensão busca promover uma visão pluridisciplinar dos saberes. Assim, as medidas avaliativas de qualidade do ensino superior não podem passar à revelia da forma de como essa ação se efetiva (GADOTTI, 2017). Deste modo, a extensão universitária é uma via de mão dupla, pois é no confronto entre a reflexão teórica (universidade) e a realidade vivida (sociedade) que os saberes se ampliam e a práxis do conhecimento ganha sentido.

No entanto, a efetividade da utopia de práxis extensionista, dialética e dialógica, foi permeada por influências externas, o que resulta em inúmeras dificuldades de sua compreensão e vivência. A prática extensionista no Brasil ainda é filantrópica, paternalista, assistencialista e conectada com a

formação de uma política neoliberal de sobrevivência e competição econômica e não de uma transformação efetiva do *status quo* da sociedade em geral (CARBONARI, M. E. E; PEREIRA, 2007).

Leia-se aqui, que se a extensão auxilia as universidades numa práxis social na qual sociedade e saberes exercitam o pertencimento e a responsabilidade social, a atividade extensionista ainda deixa de ser transformação, para ser cultura de entretenimento. Entretenimento, passeios, datas comemorativas pertencem ao campo do lazer que, embora essencial, pouco tem a ver com o campo da transformação cultural (ADORNO, 1994).

Uma visita a um abrigo de idosos ou crianças é de suma importância, entretanto, essas atividades feitas somente em datas de maior fragilidade emocional, sem intervenções, junto ao poder público do Estado, pelo viés jurídico, saúde, administrativo, não mudam a realidade de vulnerabilidade desses entes. Ou seja, sem o trabalho mais duro de intervenção e responsabilidade social, essas ações são inócuas porque efêmeras.

A prática extensionista passa pelo monitoramento, fiscalização, denúncia e vivência das especialidades posto em pesquisa e projetos permanentes. Logo, ficar restrito a programações de caridade e de 'domingos legais', retroalimentam a dependência assistencialista⁷ de pedagogia colonial. Compreender a prática extensionista ainda é um desafio no Brasil, mas as exigências de avaliação junto aos órgãos de administração da educação aceleram essa compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizados os esclarecimentos sobre o que são as práticas extensionistas, intentou-se problematizar a compreensão de extensão. Uma educação nota cinco vai além dos critérios burocráticos que ela atende. Assim, a mudança deve considerar a própria história da criação dos IES no Brasil, a fim de que se dê visibilidade ao isolamento das universidades e ao empobrecimento da formação do docente no quesito pesquisa. Os desafios são inúmeros, porém o mais urgente é abandonar vícios de uma educação colonial cujas atividades reflitam a desigualdade social, a escassez de acesso e decantar a prática extensionista para que ela abandone camadas assistencialista, filantrópicas e paternalistas. Por enquanto, a extensão luta para equalizar as relações entre universidade e sociedade. Segundo Boaventura Souza Santos (2004, p. 53-54), "No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *currículo* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação

⁷ Estabelece-se aqui uma série de apontamentos que já são realidades em muitas regiões brasileiras, projetos que buscam se afastar da extensão como uma prática 'filantrópica' e 'assistencialista para ser uma Práxis transformadora'. Curso: arquitetura e engenharia desenvolvem projetos para moradias populares e revitalização de bairros esquecidos pelo poder público, além da fiscalização e denúncia, juntos aos moradores, de ausência de saneamento, trata-se do projeto "arquitetura na periferia". Cursos de Contábeis e Administração que oferecem, em associação com empresas, a formação de empreendedorismo para mulheres vítimas de violência de gênero, assim como adolescentes em maior grau de vulnerabilidade. Cursos de saúde criam ambulatórios nômades e especificam territórios de atuação com equipe multidisciplinar que atendem em diversas frentes. Cursos de licenciatura atuam em escolas públicas na elaboração de oficinas de artes e de preparatórios de vestibulares, concursos, alfabetização, formações continuadas de professores, sem contar a existência de escolas de aplicação das universidades. Cursos de Direito que não só atendem a população no próprio centro de formação dos discentes, como criam os escritórios de fiscalização itinerante, denunciando e cobrando o Estado quando falha na aplicação de impostos e gerência do bem público, com ações públicas e populares, entre outros. Parece que esses exemplos são suficientes para diferenciar as datas comemorativas, arrecadações e viagens (embora isso também constitua a ação extensionista) de ações transformadoras que mudam a concepção de uma atividade assistencialista para uma práxis dialética, dialógica, existencial da sociedade na qual se insere (CARBONARI, 2007).

ativa na construção da coesão social”. Assim sendo, pode-se considerar que a ‘Extensão’ brasileira ainda é uma práxis do porvir.

REFERÊNCIAS

- ADORNO. A indústria cultural in: COHN, G. (org.) **Theodor Adorno**: sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Londrina, v. 10, n. 10, 2007.
- COUTINHO, Azeredo. **Obras econômicas**. São Paulo, Nacional, 1966.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã** - da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2007a.
- _____. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.
- FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária**: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino Superior no Brasil**: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira. v. 17, (Suplemento 3), 2002.
- SANTOS, Boaventura Souza. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.
- SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.